

DOI: 10.12957/transversos.2021.55120

VIDA DE MARIA EM TERRAS DE MARIANO: MARIA, A PRIMEIRA MULHER NEGRA A CONCLUIR O PROEJA NO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA (CTISM)**MARIA'S LIFE IN MARIANO'S LANDS: MARIA, THE FIRST BLACK WOMAN TO COMPLETE PROEJA AT THE COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA (CTISM)****Nara Zari Lemos Budiño**Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Brasil
narabudino@yahoo.com.br**Roselene M. Gomes Pommer**Universidade Federal de Santa Maria-RS;
Colégio Técnico e Industrial de Santa Maria - Brasil**Resumo:**

O presente artigo analisa a trajetória de uma mulher negra, pobre e periférica, aluna do CTISM. Nossa fonte de pesquisa foi um documentário institucional, produzido em 2015, pelos alunos do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria para o Ciclo de Estudos sobre História e Culturas Afro-brasileira. O referido documentário aborda a trajetória de vida de Maria que enfrentando obstáculos concluiu o PROEJA e graduou-se em Serviço Social pela UFSM. Como mote do trabalho analisamos a importância de uma educação onmilateral para enfrentar a luta de classes, bem como as contradições impostas à nossa personagem em uma sociedade machista e racista. Também salientamos a necessidade e a importância da reserva de vagas para ingresso na EPT e o PROEJA. Na primeira parte do artigo analisamos as questões sociais que levam negros e negras a abandonarem a escola precocemente, bem como a importância de programas como o PROEJA na Educação Profissional e Tecnológica. Na segunda parte analisamos a trajetória de Maria através do documentário: *Vida de Maria em terras de Mariano* que retratou a vida de Maria, a primeira mulher negra a concluir o PROEJA no CTISM e a relevância do referido programa na trajetória de vida da nossa protagonista. Concluímos apontando as contradições presentes em nosso tempo, onde estar qualificado/formado para o mundo do trabalho, nem sempre garantirá acesso ao pleno emprego.

Palavra-Chaves: Educação Profissional; Racismo; Machismo; Luta de classe.

Abstract

This article analyzes the trajectory of a black, poor and peripheral woman, a student of CTISM. Our research source was an institutional documentary, produced in 2015, by the students of the Industrial Technical College of Santa Maria for the Cycle of Studies on History and Afro-Brazilian Cultures. The said documentary addresses the life trajectory of Maria who faced obstacles concluded the PROEJA and graduated in Social Service by UFSM. As the motto of the work we analyze the importance of an onmilateral education to face the class struggle, as well as the contradictions imposed on our character in a sexist and racist society. We also emphasize the need and the importance of reserving vacancies to join the EPT and the PROEJA. In the first part of the article we analyze the social issues that lead blacks to leave school early, as well as the importance of programs such as PROEJA in Professional and Technological Education. In the second part we analyze the trajectory of Mary through the documentary: *Life of Mary in Marian lands* that portrayed the life of Mary, the first black woman to complete PROEJA in CTISM and the relevance of the said program in the life trajectory of our protagonist. We conclude by pointing out the contradictions present in our time, where being qualified/trained for the world of work will not always guarantee access to full employment.

Keywords: Professional Education; Racism; Sexism; Class struggle.

1. Introdução

O presente trabalho provém de um recorte da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria. Na pesquisa efetuada durante o mestrado analisamos a efetivação das ações afirmativas no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria- RS (CTISM), bem como o ensino de História e culturas afro-brasileiras para os estudantes da Educação Profissional e Tecnológica. Os Ciclos de Estudos sobre História e Cultura Afro-brasileiras (CEHCAB) que acontecem anualmente, desde 2010, coroaram a efetivação da Lei 10.639/03 naquela instituição de ensino profissionalizante. Nosso artigo fez a análise de um dos projetos do CEHCAB que acontecem com base na Lei 10.639/03 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O CEHCAB apresenta para a comunidade escolar, os trabalhos de pesquisa desenvolvidos sobre História e Cultura Afro-brasileiras pelos alunos dos cursos de ensino médio integrado a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O CEHCAB completou a sua décima edição em 2019 e segue como projeto educacional permanente do CTISM.

Em 2015 os alunos decidiram pesquisar a trajetória de vida da primeira mulher negra a concluir o PROEJA no CTISM, resultando no documentário *Vida de Maria em terras de Mariano*. Convém salientar que os temas escolhidos para a pesquisa são debatidos e escolhidos pelos alunos com a supervisão da Professora de História que coordena o projeto. O documentário, produzido institucionalmente pelo Colégio Técnico e Industrial de Santa Maria (CTISM), foi apresentado para a comunidade escolar e para representantes do Movimento Negro de Santa Maria, bem como da Fundação Palmares durante o VI Ciclo de Estudos sobre História e Culturas Afro-brasileiras. Analisamos, portanto, a trajetória de vida de uma mulher negra e periférica, sua passagem pela Educação Profissional e Tecnológica até sua graduação no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo geral do artigo será demonstrar a necessidade de programas que garantam a formação profissional e garantam condições para possibilitar o acesso ao ensino superior, se os estudantes assim o desejarem. Como objetivos específicos demonstraremos a importância na formação de trabalhadoras e trabalhadores que foram excluídos da escola pelas mais variadas razões, quais sejam: sociais, econômicas, familiares, etc. Ressaltando a importância da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não apenas como instrumento de inclusão social, mas, principalmente a formação onmilateral necessária para o

mundo do trabalho, no caso em tela o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

A confecção deste artigo partiu de uma fonte secundária: O documentário “Vida de Maria em Terra de Mariano”, produzido pelo CTISM. O documentário, por sua vez, foi produzido a partir de fontes primárias, ou seja, entrevistas realizadas pelos estudantes dos terceiros anos do Ensino Médio integrado a Educação Profissional e Tecnológica. Foram entrevistados, além da protagonista, pessoas que com ela conviveram durante a sua trajetória como trabalhadora terceirizada da Universidade Federal de Santa Maria e, posteriormente, como estudante do PROEJA e do Curso de Serviço Social da UFSM.

O artigo analisa aquilo que foi retratado no documentário que narra a vida de Maria. O artigo foi dividido em duas partes: Na primeira parte trazemos algumas colocações a respeito da história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a criação do PROEJA, através de uma análise bibliográfica sobre o tema. Na segunda parte, abordamos a vida de Maria, sua luta diária pela sobrevivência, seus desafios e conquistas em uma sociedade racista e machista, adentrando nos principais aspectos do documentário.

Como metodologia fizemos uma análise histórico-crítica com base nas contradições que movem a sociedade. As lutas travadas diariamente pela classe trabalhadora e as contradições do seu tempo, partindo da luta de classes. Utilizamos o método dialético que supõe a sociedade como um espaço de contradições, ou seja, a partir da coleta empírica dos dados os sintetizamos descritivamente, conforme a proposição do materialismo histórico.

Como bom materialista, Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outro são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. (NETTO, 2011, p. 42).

Trata-se, portanto, de um método histórico-materialista que analisa as determinações histórico-sociais de homens e mulheres na sociedade capitalista, a partir de sua existência real.

O método em Marx é um tipo de pesquisa histórica revolucionária, em sua forma e em seu conteúdo, que busca na luta de classes (essência da sociedade burguesa) a chave para interpretar o futuro em perspectiva histórica e totalizadora, que foge do esquema liberal de ciência aplicada, da qual a classe dominante se utiliza para dominar não só a forma de se fazer ciência, mas as formas de ser e estar no mundo (JUSTINO, 2017: p. 9).

Sendo assim, a trajetória de Maria foi analisada a partir das contradições históricas, típicas da sociedade capitalista.

Para entendermos a trajetória de Maria abordamos, de forma concisa, a história do CTISM (Colégio Técnico Industrial de Santa Maria) e do PROEJA, uma vez que ambos foram fundamentais na trajetória de vida da nossa personagem.

2. O Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e o PROEJA

O Colégio técnico industrial de Santa Maria (CTISM) foi fundado em 1967, durante a Ditadura-civil militar. Naquela escola profissionalizante formar-se-iam trabalhadores e trabalhadoras para atuação nas indústrias da região central do estado do Rio Grande do Sul e, também, nas oficinas da Rede Ferroviária Federal, na manutenção dos trens. A fundação do CTISM foi fundamental para a região à época, tendo em vista a pujante rede ferroviária da região central do estado do Rio Grande do Sul, bem como as necessidades do empresariado local. Santa Maria, cidade situada no centro do estado do Rio Grande do Sul, possuía na década de 1960 um expressivo número de trabalhadores urbanos ligados a viação férrea, os chamados “ferrinhos”. O Brasil vivia o apogeu da industrialização do pós-guerra, período que ficou conhecido como “milagre econômico” (1967-1973). Os cursos profissionalizantes deveriam atender as demandas dos empresários que clamavam por mão de obra qualificada para atuarem nas indústrias da região, bem como nas oficinas de reparo da malha ferroviária da região (POMMER; LIMA, 2012).

A industrialização no Brasil, intensificou-se a partir da década de 1950, com a instalação das multinacionais. Isso tudo aliado ao aumento do acesso da população ao ensino secundário, foi decisivo para impulsionar a expansão da educação profissional no Brasil. Outro fator relevante, no que tange a fundação do CTISM, foi a formação de trabalhadores intelectualmente controlados ao sabor e gosto dos governos ditatoriais (POMMER; LIMA, 2012).

Os projetos que visavam uma educação popular para o país foram atingidos pelo golpe de Estado de Vargas (1937) e, posteriormente, pelo golpe Civil-Militar (1964). A educação popular teve suas estruturas abaladas, na medida em que as lideranças desse processo educacional foram perseguidas pela Ditadura Civil-Militar e consideradas subversivas. O principal líder desse grupo foi o educador Paulo Freire que propunha uma nova pedagogia para a educação de jovens e adultos das periferias brasileiras. Sendo assim todas as tentativas em implementar uma educação popular, foram reprimidas pelos governos autoritários da época, pois estavam vinculados à defesa dos direitos das minorias sociais (BECHER; POMMER, 2018).

Na década de 1970 foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com objetivo de alfabetizar jovens e adultos, substituindo as propostas progressistas, promovendo um

ensino que não desse margens a questionamentos sócio-políticos (BECHER.; POMMER, 2018). A economia brasileira, por sua vez, estava voltada para uma expansão econômica, que não deu certo, causando um grande endividamento externo. Foi o chamado “milagre econômico”, política econômica que caiu por terra, em razão da sua falta de sustentação econômica. Diante do fracasso da economia, as ações do Estado passaram a seguir os princípios de intervenção, controle e racionalização, para superar a crise econômica (CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

A educação brasileira precisava ser organizada nos moldes pretendidos pela Ditadura Civil-Militar, para tanto foi promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1971 (Lei 5692/71). A referida lei organizou a educação no Brasil em ciclos: 1º ciclo (primário e ginásio); 2ª ciclo (ensino de 2º grau), implementando a profissionalização compulsória, formando auxiliares técnicos. Para aqueles que não tivessem concluído os dois ciclos, na idade própria, foi criado o ensino supletivo. Enquanto isso, as escolas particulares possibilitariam o ensino propedêutico, atendendo os filhos da elite (CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

O acesso à educação pública pela classe trabalhadora não foi um dos objetivos das reformas educacionais promovidas naquele período, pelo contrário, os recursos financeiros foram difundidos em favor da iniciativa privada, tanto no ensino médio como no ensino superior. Essa nova forma de organização do ensino no Brasil priorizou o ingresso nas universidades públicas aos filhos das classes abastadas, enquanto os filhos dos trabalhadores eram encaminhados ao ensino profissionalizante e, posteriormente, às universidades privadas, assim poderiam estudar e trabalhar (HENRIQUES, 2017).

Para que entendamos a história do pensamento político, social e econômico brasileiro será necessária a compreensão da submissão da classe dominante brasileira ao modo de produção capitalista dependente ou associada/dependente. Pautando o projeto educacional da classe burguesa na oferta de uma educação profissional restritiva com vista a formação para o mercado de trabalho. Não raras vezes, vivencia-se o combate aqueles que buscam uma escola pública, unitária, universal, laica e politécnica. Havendo, portanto, uma relação dialética entre os que propugnam por uma formação omnilateral e aqueles que defendem a formação restritiva dos trabalhadores (FRIGOTO, 2007).

As reformas na educação não contemplaram os trabalhadores mais pobres, excluindo, sobremaneira, as trabalhadoras domésticas. Nossa personagem foi uma das brasileiras atingidas pela famigerada “reforma” que só fez causar mais injustiça social, privilegiando as classes sociais

mais abastadas. Citamos a profissão de empregada doméstica em razão de ser a profissão exercida, desde a adolescência, por Maria e pela grande maioria das mulheres brasileiras pobres, especialmente as mulheres pretas e pobres. Além de serem excluídas de qualquer tipo de profissionalização, a sociedade não reconhecia o trabalho doméstico como um trabalho digno de direitos, porém, recheado de obrigações. Nesse sentido, justificava-se a resistência dos patrões em implementar direitos como férias, carteira assinada e direito à previdência, que em 1972 tornaram-se lei. O trabalho doméstico era uma profissão, na qual predominavam mulheres negras da classe trabalhadora (HENRIQUES, 2017). O trabalho doméstico seguiu o ideário escravocrata da sociedade brasileira. Com o fim da escravização no Brasil, os postos de trabalho nas residências das classes dominantes foram ocupados pelas mulheres negras (FERNANDES, 1965).

As conquistas mais recentes das trabalhadoras domésticas, como o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que deixou de ser facultativo e tornou-se obrigatório, também encontrou resistência por parte das elites. Essas resistências têm e tiveram suas origens no racismo, no classismo e no sexismo. Naturalizando e designando qual é o “lugar” que a mulher negra deve estar, segundo a classe dominante, conferindo-lhe uma “condição de subalternidade em que a pobreza, o gênero e a cor fazem com esta permaneça em lugar ideologicamente demarcado” (JOHN, 2017: sem paginação).

A redemocratização do país teve seu momento mais expressivo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe a educação como um direito social. A educação de jovens e adultos (EJA), consoante a Lei 9394/96, garantiu o acesso à educação para aqueles que estivessem fora da idade escolar obrigatória e/ou afastados do sistema educacional há algum tempo. A proposta neoliberal foi tema de debate durante a tramitação do projeto de lei que originou a LDBEN/96, vencendo as disputas travadas com aqueles que defendiam os interesses da classe trabalhadora (BECHER; POMMER, 2018). Para tanto a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a ser ofertada para o ensino fundamental e médio, tendo como público trabalhadores e trabalhadoras pobres das periferias. Henriques (2017), citando Di Pierro faz a seguinte afirmação:

Di Pierro (2005) aponta que a maior parte do público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) era composta por estudantes com defasagem idade-série, que ocupavam postos de trabalho de menor prestígio na hierarquia social, como por exemplo, a população negra moradora da periferia urbana, principalmente, as trabalhadoras domésticas negras e as donas de casa que desenvolviam atividades informais para dar conta do cuidado da família, enfim, os trabalhadores negros para quem a educação pública foi historicamente negada (HENRIQUES, 2017: p.159, apud)

A vitória da proposta neoliberal para a educação, como um todo, repercutiu de forma direta na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). As demandas do setor produtivo deveriam ser atendidas pelos trabalhadores, através da participação em trajetórias formativas escolares que os capacitassem para atuação no setor produtivo. Ou seja, tratava-se de uma batalha entre formação técnica, com foco no mercado de trabalho e a EPT que propugna por uma forma ampla para o mundo do trabalho (CAIRES, OLIVEIRA, 2016).

Em 1997 formalizou-se, com Dec. nº 2.208/97, a separação entre educação básica e educação profissional. Os objetivos políticos da época propugnavam por uma educação técnica, na qual os egressos seguissem para o mercado de trabalho, além de torna-los mais baratos para a rede pública e a rede privada. Atendendo, principalmente, as demandas dos empresários sem qualquer preocupação com os anseios dos trabalhadores. Dessa forma permaneceu a dualidade entre a formação humanista, reflexiva e propedêutica, ofertada aos filhos da classe dominante e uma formação operativa, técnica voltada para os filhos dos trabalhadores, com vista a suprir as demandas do mercado de trabalho (BECHER; POMMER, 2018). Esta dualidade pode ser explicada pelas mentalidades da nossa sociedade, como resultado do escravismo que, ainda, permeia o pensamento das elites brasileiras, refletindo nas classes dominadas ao atribuírem o seu “fracasso” como consequência e aceitação das suas, supostas, incapacidades. Trata-se, portanto de uma das nossas feridas profundas: (SOUZA, 2018):

Uma dessas feridas profundas parece-me a aceitação da situação de precariedade como legítima e até merecida e justa, fechando o círculo do que gostaria de chamar de naturalização da desigualdade, mesmo de uma desigualdade abissal como a da sociedade brasileira (SOUZA, 2018: p. 257).

As modificações cristalizaram-se com o fim do ensino médio integrado com a educação profissionalizante, comprometendo a qualidade da educação profissional e tecnológica oferecida, até então, nas escolas profissionalizantes. Ficando evidente que a politecnia havia sido retirada da LDEBEN/96, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, para atender às demandas neoliberais. Formando, para tanto, mão de obra qualificada para atender aos anseios do mercado de trabalho. Com isso as matrículas na rede federal de educação profissional passaram a cair vertiginosamente (CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

Em 2004, o Decreto 5.154/04 revogou o Decreto 2.208/97, no qual o ensino médio integrado à EPT passou a ser, novamente, ofertado pelas escolas de educação profissional públicas e privadas. Porém, era preciso dar oportunidades para aqueles que precisaram trabalhar, ainda jovens, e não completaram seus estudos. Oportunizando, portanto, a conclusão da educação

básica integrada ao ensino profissionalizante (CAIRES; OLIVEIRA, 2016). O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica de Jovens e Adultos (PROEJA) foi instituído em toda a rede federal de ensino “contemplando a integração entre educação profissional e a educação básica e visando atender às necessidades básicas do público da EJA” (BECHER; POMMER, 2018: p. 52). Ou seja, buscar a formação integral dos sujeitos, para que eles entendessem a importância de uma formação voltada para o mundo do trabalho e, não, apenas, para o mercado de trabalho.

As alunas e alunos do PROEJA precisam vencer várias barreiras para a conclusão do curso. Barreiras e/ou desafios que vão desde a falta de incentivo por parte dos familiares e pessoas próximas ao cansaço diário que lhes é imposto após uma jornada de oito horas diárias de trabalho. Acrescendo-se, também, a precarização das relações trabalhistas notórias em nossos dias! Tudo isso somado às dificuldades encontradas para acompanhar os conteúdos das disciplinas em razão de estarem afastados da escola há muitos anos.

O CTISM forma e qualifica profissionais para atuar na área técnica industrial desde 1967. Atualmente, na modalidade técnica integrada ao ensino médio, a instituição oferece os seguintes cursos: Técnico em Eletrotécnica; Técnico em Mecânica; Técnico em Informática para a Internet e Técnico em Eletromecânica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Com a reformulação do projeto pedagógico em 2014, os currículos dos cursos técnicos integrados foram revistos a fim de atingir a maior integração possível entre os conhecimentos científicos, técnicos, humanísticos e artísticos, formando cidadãos capazes de refletir sobre o seu tempo, que tenham consciência de sua classe social. Diante “da situação real do capitalismo associado de modo subalterno ao capitalismo dito metropolitano, por meio da integração entre trabalho e ensino” (POMMER, R. ; POMMER, A.; 2018: p. 72).

Era preciso aplicar aquilo que estava posto no projeto pedagógico do CTISM, efetivando a Lei 10.639/03 e implantando a política pública das cotas raciais, que preferimos chamar de reserva de vagas. A Educação Profissional e Tecnológica tem muitos desafios que exigem debates nos espaços escolares. A EPT forma trabalhadores que ocuparão, ou não, as vagas em vários ramos da produção. No caso do CTISM a formação está voltada para a área industrial, nas fábricas. Não se pode olvidar que as questões raciais e as disputas pelas vagas de trabalho são intensificadas diariamente, em razão da precarização das relações de trabalho. Por tal motivo se faz necessário promover a discussão das relações étnico-raciais a partir da dialeticidade presente em padrões

como conformismo/mudança, crítica/aceitação. Porém, o avanço do neoliberalismo fez com que tais padrões fossem tratados de forma abstrata e distanciados da realidade socioeconômica do Brasil, negando-se a existência da dialética das classes sociais e, por conseguinte, a luta de classe derivada da divisão da sociedade em classes opostas entre si (BUDIÑO; POMMER, A., 2018).

Sobre a problematização dos temas referentes ao racismo e ao machismo, urge a reflexão sobre a diversidade histórico-cultural que formou o povo brasileiro, efetivada através de uma educação que aponte para compreensão da nossa sociedade multicultural. Para o enfrentamento e discussões sobre a nossa totalidade, se fazem necessárias reflexões no que tange o multiculturalismo. Desde 2011, quando os Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do CTISM foram reestruturados, a disciplina de história passou a contar, em seus Planos de Ensino, com abordagens sobre a história da África e da cultura dos povos negros africanos. Sob a designação de “As muitas Áfricas”, o conteúdo trabalhado com estudantes dos segundos anos se propõe a “Compreender o processo de humanização a partir da história africana” (CTISM, 2011, p. 01). Já para os terceiros anos, o conteúdo indicado como “A cultura afro-brasileira” busca “Oportunizar estratégias para a construção de conhecimentos acerca da produção e organização cultural dos grupos afrodescendentes no Brasil” (CTISM, 2011: p. 02).

Os Ciclos de Estudos sobre História e Culturas Afro-brasileiras nasceram em 2010, justamente com o objetivo de implementar de forma efetiva a Lei 10.639/03 e aprofundar as relações humanas entre os alunos e professores daquela instituição de ensino, formando futuros trabalhadores e trabalhadoras para o mundo do trabalho. A proposta de pesquisa apresentada aos estudantes dos terceiros anos do Ensino Médio integrado à EPT para a edição do VI Ciclo de Estudos sobre História e Culturas Afro-brasileiras em 2015 foi de partir de uma realidade local, de personagens negros e negras da comunidade escolar. Foi assim que a trajetória de Maria Enedina foi escolhida por eles para ser retratada no documentário. O documentário destacou a vida da personagem, sua passagem pelo PROEJA e a importância desse programa educacional na formação de Maria. Maria foi a primeira mulher negra a concluir o PROEJA no CTISM, em um curso majoritariamente masculino.

3. A trajetória de Maria: Vivendo em terras de Mariano.

O documentário *Vida de Maria em terras de Mariano* (EAD/CTISM, UFSM, 2015) retrata os desafios vividos pela maioria das brasileiras que vivem nas periferias do Brasil. Antes de viver

em terras de Mariano¹, Maria precisou vencer obstáculos: Nasceu em família humilde, aos 11 anos de idade foi retirada da escola para ajudar no custeio das despesas da família. Precisou deixar a casa da sua família, indo trabalhar e morar na casa de outra família como doméstica, exercendo as funções de babá e doméstica. Tratava-se apenas de uma criança que deixou de estudar para cuidar de outras crianças, exercendo funções incompatíveis com a sua idade. Realidade, infelizmente, corriqueira para as pessoas mais pobres de nosso país. Porém, mais cruel para quem precisa enfrentar a falta de recursos, as limitações e as contradições impostas pela acumulação de capital. Tudo isso agravado em desfavor das mulheres negras pelo racismo e o machismo.

Maria foi retirada da escola para trabalhar, pois ajudar nas despesas da família era prioridade. A frequência na escola precisou disputar lugar entre o combate à fome e a impossibilidade da família de Maria em manter os filhos na escola. Maria deixou a escola em 1982 na penúltima década do século XX! Maria, menina negra, sofreu os reflexos da exclusão social imposta aos mais pobres pelas totalidades e contradições do capitalismo. Não podemos analisar a trajetória de Maria sem antes discutir a educação não promovida para os negros e negras. As organizações de negros e negras, desde a Frente Negra Brasileira, passando pelo Teatro Experimental Negro e pelo Movimento Negro Unificado vêm apontando tais distorções em nosso sistema educacional. A educação escolar de negros e negras não era uma prioridade para o Estado brasileiro durante a Monarquia, nem durante os primeiros anos da República, quando o quadro se repetiu:

A necessidade de ser liberto ou de usufruir a cidadania quando livre, tanto durante os períodos do Império, quanto nos primeiros anos da República, aproximou as camadas negras da apropriação do saber escolar, nos moldes das exigências oficiais. Sendo assim, embora não de forma massiva, camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução quando criavam suas próprias escolas; recebiam instrução de pessoas escolarizadas; ou adentravam a rede pública, os asilos de órfãos e escolas particulares (CRUZ, 2005: p. 27).

A exclusão social imposta à Maria, demonstra que negras e negros precisam sobreviver a partir de uma sociedade estruturalmente racista, selecionando-os através de uma lógica profissional, política, cultural e étnica com objetivo claro de mantê-los em suas camadas mais oprimidas e precarizadas. Trata-se da expressão mais cruel da luta de classes, onde o racismo utiliza suas táticas e estratégias sem demonstrar rigidez, “é ambíguo, meloso, pegajoso mas altamente eficiente nos seus objetivos” (MOURA, C., 1994: p. 160). Quando trazemos tais situações para o debate, não se trata de enfatizar as diferenças ou repisar as desigualdades. Precisamos apontá-las,

¹ Referência feita ao fundador da Universidade Federal de Santa Maria: Prof. Mariano da Rocha.

haja vista que a meritocracia vem sendo exaltada nos últimos anos, inclusive com “teorias” sobre a desnecessidade da política pública da reserva de vagas.

A trajetória de vida da nossa personagem teve impacto direto da complexa desigualdade social imposta para uns a partir do desenvolvimento do capitalismo e seu sistema opressor. Maria casou-se aos 19 anos de idade e teve seu primeiro filho, sempre trabalhando como doméstica e ao chegar em casa iniciava a sua segunda jornada de trabalho. Não se pode ignorar que a dupla jornada de trabalho para as mulheres tem sido socialmente naturalizada. Para ela a situação imposta pela sociedade capitalista não foi diferente, pois precisava “cumprir” o seu “dever” como mãe e mulher. Em nenhum momento ela foi apoiada pelo pai do seu filho para a divisão das tarefas domésticas. Os desafios vividos por Maria, no âmbito das relações domésticas advém de um amplo mecanismo de dominação caracterizado pela forma como se organizou a sociedade brasileira, que manteve e mantém seus resquícios de sociedade forjada na escravização, justificando para tanto as aberrações sociais em nome da “tradicional família brasileira”. Saffiotti, pesquisadora renomada no âmbito das relações de gênero, debruçou-se sobre o tema. Sendo assim, naturaliza-se para o sexo feminino, “o exercício quase exclusivo de seus papéis tradicionais e das ocupações reconhecidamente femininas” (SAFFIOTI, 2013: p. 230), onde as tarefas domésticas deixariam de ser opressivas, na medida que fossem associadas as mulheres e consideradas um trabalho exclusivamente feminino (DAVIS, 2016).

Após o nascimento do segundo filho, aos 23 anos, o casamento de Maria chegou ao fim. Além disso a mãe de Maria ficou doente, foi um momento difícil, pois a responsabilidade havia aumentado, agora ela estava sozinha e era o arrimo da família. Inclusive, Maria utilizou em seu depoimento para o documentário, uma expressão comum em nossos dias, mas de cunho machista: “Agora, eu era o homem da casa”. Enfim, Maria apesar da sua perseverança e capacidade de superar obstáculos, também, estava contaminada pela visão machista que naturaliza conceitos sobre a “incapacidade” das mulheres. Mais uma vez, estamos diante do “desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética da sociedade capitalista e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social no qual se inserem” (SAFFIOTI, 2013: p. 60). A vida de Maria seguiu: ela casou-se, novamente, e teve mais 3 filhos. Em seu depoimento ela afirmou que em razão do trabalho não deu apoio necessário aos filhos e seguiu trabalhando naquilo que sabia fazer: limpar. A falta de tempo para os filhos seguiu mais uma faceta do racismo: Para Angela Davis (2016) as exigências do trabalho obrigam as

mulheres negras a negligenciarem seus próprios filhos, pois são “convocadas a serem mães e esposas substitutas em milhões de casas de famílias brancas” (p. 239).

Em 2007 foi contratada por uma empresa terceirizada que prestava serviços de limpeza para Universidade Federal de Santa Maria. Iniciava-se mais uma parte da sua jornada: Agora trabalhava em terras de Mariano. Foi designada para trabalhar no Departamento de Engenharia Florestal da UFSM. Maria afirmou que todos aqueles com os quais convivia na UFSM a tratavam muito bem: professores e professoras, alunos e alunas, servidores e servidoras. Conforme depoimento da professora responsável por um dos laboratórios daquele departamento: Maria sempre teve uma boa relação com alunos, professores e servidores da universidade que atuavam no laboratório. Além de fazer o seu trabalho, sempre que sobrava tempo ela, ainda, ajudava os alunos, coletando dados e fazendo anotações.

A aprovação no Enceja² em 2003, e a consequente conclusão do ensino fundamental, corroboram o depoimento da professora responsável pelo laboratório no qual Maria trabalhava. Ou seja, Maria não chamava atenção, apenas, por fazer bem o trabalho para o qual fora contratada, mas principalmente pelo desejo de aprender, estudar e buscar novos horizontes. Demonstrando, para tanto, empenho nas coisas que se propunha a fazer.

Em 2009, trabalhando dentro da UFSM, tomou conhecimento da seleção para o PROEJA no curso de Técnico em Eletromecânica integrado ao ensino médio para jovens e adultos. Maria enxergou uma nova oportunidade, pois o curso era ofertado pelo CTISM, uma escola pública, e, seria uma oportunidade de concluir o ensino médio, aprender uma nova profissão e qualificar-se para o mundo do trabalho. Naquela seleção para ingresso no PROEJA foi reprovada, aquele foi mais um dos obstáculos que enfrentou na vida. A reprovação foi tomada como um estímulo para seguir adiante, participou da seleção para ingresso em 2010 e foi aprovada. Enquanto cursava o PROEJA continuou trabalhando na UFSM, como empregada da empresa terceirizada.

² Enceja: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos. “O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realiza exames que, além de diagnosticar a educação básica brasileira, possibilitam meios para certificar saberes adquiridos tanto em ambientes escolares quanto extraescolares. O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é um desses exames. O Encceja tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros”. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/encceja> Acesso em 1 ago 2019.

Para concluir o curso encontrou apoio no marido, que assumiu a responsabilidade pelos afazeres domésticos, pois o horário noturno, antes ocupado pelas demandas da casa, passou a ser ocupado pelos estudos. Maria encontrou no segundo marido o apoio para concluir o curso, havendo entre eles uma divisão das tarefas domésticas. Foram 3 anos de muitas descobertas e enfrentamento de dificuldades, afinal retornar aos bancos escolares, depois de anos afastamento da escola, não foi tarefa fácil. Depoimentos dos professores corroboraram a capacidade de Maria em se reinventar todos os dias. Para ela aprender uma nova profissão e concluir a educação básica, significou seguir adiante.

Segundo o depoimento de Maria, a conclusão do curso não representava, somente, a possibilidade de ingressar em uma nova profissão, mas a abertura de horizontes em sua vida profissional. Durante a sua formação no CTISM sempre foi uma aluna curiosa, buscava entender aquelas tecnologias que o curso lhe apresentava diariamente. O depoimento de um dos professores comprovou isso, ela se preocupava com os fundamentos das tecnologias, queria aprender os processos, entendendo as tecnologias que lhes estavam sendo apresentadas.

O posicionamento de Maria, com relação ao PROEJA, representa aquilo para o qual o programa foi instituído: não só proporcionar a conclusão do ensino médio para maiores de 18 anos, mas prepará-los para o mundo do trabalho. O objetivo do PROEJA é preparar profissionais, formando-os onmilateralmente a fim de que possam compreender o universo do trabalho no qual estão inseridos. Entendendo, também, seu papel enquanto sujeitos da História, pertencentes a classe trabalhadora (BECHER; POMMER, 2018).

Em 2012, Maria concluiu o PROEJA, porém para obter o diploma de técnica em eletromecânica precisava realizar o estágio obrigatório em uma indústria. Um novo desafio foi vencido, e veio mais uma conquista: Maria foi efetivada na empresa na qual realizou o estágio, passando a ocupar o cargo de auxiliar de controle de qualidade. Não foi uma tarefa simples, pois indicava nas peças produzidas pelos outros empregados, erros e inadequações para sua comercialização. Fiscalizava o trabalho de homens com mais de 20 anos de profissão em indústria metalúrgica e que não admitiam ter uma mulher questionando seu trabalho. Era um enfrentamento diário do machismo enraizado nas mentes dos seus colegas de indústria. Embora, estejamos no século XXI, o imaginário sobre o trabalho das mulheres nas indústrias, ainda remonta ao início do século XX. A indústria continua sendo um espaço de maioria masculina, nos quais os cargos de chefia, ao longo do processo de industrialização no Brasil, foram ocupados

por homens. Restando, para as mulheres, as funções menos especializadas e com baixa remuneração (RAGO, 2015).

Em 2013 ingressou, pela reserva de vagas, no curso de Serviço Social da UFSM. Continuava trabalhando de dia e estudando de noite, porém, pela primeira vez o preconceito e as humilhações sofridas no trabalho a fizeram desistir e procurar outro emprego. Optou por trabalhar em outra área, dessa vez exercendo a função de caixa de um grande mercado de Santa Maria-RS. Agora sentia-se valorizada pelos colegas de trabalho, inclusive aqueles que exerciam cargos hierarquicamente superiores ao dela. Em 2016 colou grau em Serviço Social na UFSM.

Considerações finais

Os estigmas de outrora justificaram a escravização do povo negro, partindo de visões e crenças calcadas em teorias pseudocientíficas onde alguns seriam superiores a outros. No caso, o branco em superioridade sobre o negro; homens superiores as mulheres. Hoje temos uma nova roupagem para negar o machismo e o racismo: a meritocracia. A ideia de que os mais esforçados obterão o sucesso não corresponde à nossa realidade social. Em nossa sociedade os homens brancos têm mais oportunidades, nem sempre por mais capazes, mas, tão somente por serem homens e brancos. Precisamos entender que mérito sem oportunidades iguais, não é mérito. Meritocracia somente encontra justificativa entre aqueles que partem da mesma realidade social, que lutam com as mesmas armas. A história de vida de Maria demonstra como programas de inclusão na educação são necessários para que, de fato, todos tenham oportunidades iguais. O PROEJA tem enorme importância e deve ser mantido pelas instituições de ensino público, da mesma forma a manutenção da reserva de vagas para negros e negras nas universidades públicas, passando, também, pelas oportunidades profissionais.

Os espaços educacionais foram negligenciados aos negros e negras ao longo do processo histórico brasileiro, não há como negar tal fato. Não se trata de contar histórias tristes e repisar as desigualdades, na verdade pretendemos repisar os privilégios conferidos para alguns, em detrimento de outros, em nossa sociedade. Não raras vezes ouvimos pessoas desavisadas ou quem sabe preconceituosas questionarem as ações afirmativas. Na Educação Profissional e Tecnológica a reserva de vagas rompeu com uma injustiça de muitos anos, mas, ainda assim a maioria dos alunos do CTISM são brancos, embora possamos afirmar que tal cenário vem se modificando a partir da lei de cotas. Porém, sabemos que o acesso a Educação Profissional e Tecnológica e a conclusão do curso não são garantia de empregabilidade, mormente nos dias atuais onde a

retirada de direitos dos trabalhadores anda a galope, e a precarização das relações trabalhistas só fez diminuir os postos de trabalho no Brasil. Nessa seara, as mulheres negras tendem a ser contratadas para os empregos com menos direitos e salários mais baixos.

Se faz necessária a compreensão de que as diferenças de oportunidades entre cidadãos brasileiros resultam das disparidades entre as classes sociais geradas pelo modo de produção capitalista. Sendo, também, um problema para o sistema capitalista que vive do consumo, e de toda uma cadeia produtiva. Como observamos, Maria foi alijada do sistema educacional brasileiro pela sua condição social, embora tenha tido êxito, sofreu todo o tipo de preconceito, vivenciando situações que fariam com que a maioria desistisse. Muito além das cotas precisamos uma formação profissional onmilateral para que as trabalhadoras negras se vejam como sujeitos da história. Ainda contamos em sala de aula a História de um Brasil branco, porém estamos buscando mudanças desde a edição da Lei 10.639/03, há muito o que fazer. Precisamos contar histórias sobre o protagonismo dos negros e negras!

A história de Maria é o retrato das políticas educacionais excludentes adotadas ao longo da História do Brasil, nas quais os filhos das elites tinham acesso pleno à educação, preparando-se para os cargos de liderança nas esferas privadas e públicas. A história da EPT deixa isso claro, pois, a preocupação inicial era formar para as demandas do mercado de trabalho: bons e calados trabalhadores. A institucionalização do PROEJA, em 2006, tem buscado uma formação onmilateral para os estudantes trabalhadores que precisaram abandonar a escola em prol do provimento das necessidades básicas. Nesse sentido a EPT busca unir o conhecimento técnico e o conhecimento prático e a formação humana, onde os estudantes/trabalhadores se vejam como protagonistas da História. A história de superação e protagonismo de Maria foi apresentada no VI CEHCAB justamente para corroborar questões importantes como o protagonismo negro.

O PROEJA foi fundamental para a formação de Maria, uma vez que concluiu a educação básica, obtendo de forma concomitante uma formação profissional. Maria ousou ir além, ingressou em uma universidade pública e concluiu o Curso de Serviço Social, comprovando que as oportunidades devem ser estendidas para todos.

Maria, uma menina negra, que precisou abandonar a infância e ir trabalhar como empregada doméstica e babá com onze anos de idade, trouxe à baila as desigualdades sociais do Brasil. Sua história remonta à escravidão, onde pessoas negras eram vistas como mão de obra, onde a tenra idade era somente mais um detalhe sórdido. Infelizmente, nossa sociedade tem

mente escravocrata, pois foi forjada pela escravização. Maria, a mulher negra e periférica, ousou lutar contra isso tudo. Maria é a expressão mais clara da luta de classes que permeia a sociedade brasileira, apesar da negação de muitos.

Como não enxergar a luta de classes na história de Maria? Impossível, ela esteve presente durante toda a sua vida. Enfrentou a pobreza, o racismo e o machismo que povoam o imaginário social do Brasil. Maria, ousou enfrentar, também, aqueles que querem os negros e negras longe das universidades. Infelizmente, um discurso cada vez mais atual nos dias em que vivemos. Não vamos vencer o machismo, o racismo e a pobreza tão cedo, mas precisamos de mais Marias para driblá-los. Além de políticas públicas que garantam para todos e todas mais educação, mais saúde, mais cidadania. O foco na Educação deve ser uma política de Estado e não uma política de governo. Para tanto, entendemos a educação como um dos fatores que farão a diferença para as Marias que vivem por aí. Maria nos deixou no início de 2021, mas a sua luta foi espelho, foi aconchego para as pessoas que conviveram com ela.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639>. Acesso em: 15 abr.2008.

_____. *Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BECHER, Paula Rochele S; POMMER, Roselene M. Gomes. Conhecimento histórico e ensino integrado na EJA, In: OLIVEIRA, Francisco Nilton Gomes de. Et al (Orgs). *Interfaces da educação superior e profissional: saberes e fazeres*, 1ª ed., Curitiba, PR, CRV, 2018

BUDIÑO, Nara Zari Lemos; POMMER, Arnildo. *Educação profissional e tecnológica: relações étnico-raciais em sala de aula*. Anais do Salão do Conhecimento, UNIJUI, 2018. Disponível em <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaokonhecimento/article/view/10048>. Acesso em: 17 ago 2019.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. *Educação Profissional Brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024*, Petrópolis, RJ, Vozes, 2016.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros, In: ROMÃO, Jeruse (Org). *História da educação do negro e outras histórias*, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, MEC, Brasília, 2005.

CTISM. Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. *Projeto pedagógico*, 2011-2014. UFSM/CTISM, 2011.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2016.

FLORESTAN, Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*, vol. I, Dominus Editora, São Paulo, 1965.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica, *Educação & Sociedade*, vol. 288, núm. 100, outubro, 2007, pp. 1129-1152, Centro de Estudos Educação e sociedade, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>>. Acesso em: jul. 2018.

HENRIQUES, Cibele da Silva. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. *O social em questão*, ano XX, n. 37, pg. 153-172, jan-abril, 2017. Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_37_art_8_Henriques.pdf Acesso em 23 jun 2019.

JOHN, Júlia Castro. Mulheres negras, a interseccionalidade das opressões, o trabalho doméstico e a luta por direitos, v1, nº 1: Encrespando, *Seminário internacional: Refletindo a década internacional dos afrodescendentes ONU* (2015), PUC-Rio, 2017. Disponível em www.encrespando.jur.puc-rio.br/index.php/files/issue/view/2 Acesso em 29 jul. 2019.

JUSTINO, Aline Aparecida. Método em Marx: uma abordagem científica para o Serviço Social. *II Seminário Nacional, trabalho e políticas sociais*, UFSC, 23 a 25 de out de 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180065/101_00544.pdf?sequence=1> Acesso em: 15 abr. 2018

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*, editora Anita, São Paulo, 1994.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

POMMER, Arnildo. POMMER, Roselene. A Educação Profissional na era da acumulação flexível: o caso do CTISM. In: POMMER, Arnildo (Org.). *Educação Profissional em Destaque: filosofia em diálogos com outros saberes*. Disponível em: <https://nte.ufsm.br/images/identidade_visual/arte_educacao_profissional_final.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

POMMER, Roselene Gomes. LIMA, Bruna. O colégio técnico e industrial de Santa Maria no contexto da chamada redemocratização no Brasil. *Anais do XI encontro estadual de História*, Anpuh, 23 a 27 de julho de 2012, Universidade do Rio Grande (FURG), 2012.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In PRIORE, Mary del.; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) *História das mulheres no Brasil*, 10ª edição, 3ª reimpressão, Editora Contexto, São Paulo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, Editora Expressão Popular, 3ª edição, São Paulo, 2013.

SOUZA, Jessé. *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*, LeYa, Rio de Janeiro, 2018.

Fontes

“Vida de Maria em terras de Mariano”, documentário institucional, produzido em 2015, pelo Colégio Técnico Industrial de Santa Maria.

Projeto dos Ciclos de Estudos sobre História e Culturas Afro-brasileiras, arquivados no Departamento de Ensino do Colégio Técnico e Industrial de Santa Maria (CTISM).

Sobre as autoras:

Nara Zari Lemos Budiño: Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pela UFSM, graduada em História (Bacharel e Licenciada) pela mesma instituição.

Roselene M. Gomes Pommer: Doutora em História pela UNISINOS; Professora de História do Colégio Técnico e Industrial de Santa Maria; Professora do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria.

Artigo recebido para publicação em: 10 de outubro de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 22 de agosto de 2021.

Como citar:

BUDIÑO, Nara Zari Lemos; POMMER, Roselene M. Gomes. Vida de Maria em Terras de Mariano: Maria, a primeira mulher negra a concluir o PROEJA no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM). *Revista Transversos*. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n.º. 22, 2021. pp. 383-400. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.55120

